



UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA FRENTE AOS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Adimara Aparecida Martins de Souza¹

Lucélia Tavares Guimarães²

Introdução

O século XXI é considerado a época do conhecimento, do saber, do avanço científico e tecnológico, dos recursos virtuais que aproxima as pessoas em todo o mundo, e estas ao utilizar-se de tais recursos, comunica-se quase que instantaneamente, produzindo uma gama de informações que precisam ser filtradas a favor de cada indivíduo. Essas mudanças e inovações modificam o modo de vida das pessoas e trazem novos desafios para a sociedade contemporânea.

Questões essenciais como desigualdades sociais, pobreza, degradação ambiental e desemprego tornam-se urgente na busca de soluções para um futuro de paz, igualdade, compreensão mútua e solidariedade entre os povos.

Diante dessas questões a educação surge como resposta para os desafios contemporâneos e para emancipação do ser humano, voltada à educação ao longo da vida. Este trabalho traz uma análise sobre a proposta curricular do estado de São Paulo (2008), buscando compreender se há no documento uma intencionalidade em preparar crianças e jovens na perspectiva de uma educação que os capacite para o exercício da cidadania, à formação ética e à formação para o mercado de trabalho.

A identificação dos princípios que regem este currículo e como este contempla as questões contemporâneas perpassa pela necessidade de constituir a escola como espaço e ambiente educativo que ampliem a aprendizagem, voltadas a formação dos jovens para cidadania.

Essas questões não serão resolvidas do dia para noite, levam tempo, por isso, há de se pensar políticas públicas para educação à longo prazo, conforme apontado no Relatório

¹ Aluna Regular do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Paranaíba. Professora da Rede Pública de Ensino de São Paulo.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Paranaíba.

Delors (2010, p.12), “[...] um grande número de problemas exigem uma estratégia respaldada na paciência, consenso e negociação relativamente às reformas a empreender, esse é o caso no que se refere, precisamente, às políticas na área da educação”.

Questões econômicas e políticas têm levado ao desemprego, exigindo-se cada vez mais qualificação das pessoas e aumentando a competição na busca por uma vaga no mercado de trabalho. A proposta curricular do Estado de São Paulo, praticada em 2008, traz em sua apresentação alguns desafios para o século XXI e apresenta que este currículo como resposta a tais desafios.

No entanto, este currículo é fruto das reformas educacionais iniciadas na década de 1990, onde o Brasil é marcado pelo contexto neoliberal, tais reformas influenciam o cotidiano escolar, na forma de controle e fiscalização.

O Relatório Jacques Delors (2010, p. 15) aponta recomendações essenciais a serem observadas e desenvolvidas pela educação, como: “compreensão do mundo e do outro, para que o indivíduo conheça a si próprio, utilização da tecnologia e informação como meio de inclusão e não como fator de exclusão social, participação democrática e bases culturais para compreensão das mudanças em curso na sociedade, interpretando os acontecimentos históricos da sociedade, considerando o desenvolvimento científico e tecnológico que têm impactado o modo de vida individual e coletivo”. Dessa forma:

O currículo deve ser entendido como um processo que envolve uma multiplicidade de relações, abertas ou fechadas, em diversos âmbitos, que vão da prescrição à ação, das decisões administrativas às práticas pedagógicas, na escola como instituição e nas unidades escolares especificamente. Para compreendê-lo e, principalmente para elaborá-lo e programar de modo a transformar o ensino, é preciso refletir sobre grandes questões (SACRISTÁN, 1998).

Para Delors (2010), não é suficiente garantir o acesso à educação básica, é preciso garantia de permanência e aprendizado dos alunos, uma vez que a taxa de abandono escolar ainda é um desafio a ser sanado. Acrescenta-se a este desafio a necessidade de desenvolver nos alunos a alegria e entusiasmo de permanecer na escola, apropriar-se do conhecimento para utilizá-lo no seu dia-a-dia, na transformação de sua realidade e na construção de uma sociedade mais justa e de um mundo melhor.

É sabido que questões econômicas e políticas têm levado ao desemprego, exigindo-se cada vez mais qualificação das pessoas e aumentando a competição na busca por uma vaga no mercado de trabalho. Nesse sentido, a proposta curricular do Estado de São Paulo, praticada em 2008, no texto de apresentação, elenca tais desafios do século XXI e preceitua a intenção de utilizar o currículo como respostas a tais problemas.

No entanto, o currículo da rede estadual paulista é fruto das reformas educacionais iniciadas na década de 1990, sob a égide da ideologia neoliberal, cujos princípios orientam o controle e a fiscalização do cotidiano escolar. Foram concebidas seguindo também orientações de órgãos internacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na implantação da proposta curricular do estado de São Paulo foram produzidos e distribuídos nas escolas materiais orientadores e de apoio, com destaque para: Cadernos do Gestor, Cadernos do Professor e do Aluno do ensino fundamental de todas as disciplinas, elaborados e produzidos após estudos realizados à época como o Relatório do Saresp 2007, o qual foi considerado um instrumento importante para subsidiar a formulação da política educacional do Estado.

Entretanto a proposta curricular do estado de São Paulo teve um caráter impositivo, sendo rejeitada desde o início de sua implementação, visto que os docentes não reconhecem sua colaboração na elaboração dos materiais utilizados como o Caderno do Professor e o Caderno do Aluno, tais materiais deveriam nortear o trabalho dos professores, contendo orientações sobre gestão de sala de aula, avaliação e recuperação. O Caderno do Aluno, onde constam textos, figuras e atividades a serem desenvolvidas pelos alunos, também organizados por bimestre e por disciplinas.

Girox (1997), ao se referir à política educacional, afirma que os professores se veem de frente a desafios apresentados pelas reformas curriculares que depositam pouca confiança na capacidade dos professores, ignorando suas contribuições.

Apple (2000) também destaca que o currículo faz alusão à relação de poder quando apresentado como conhecimento pronto para formar um indivíduo conforme objetivos das instituições que o elaboram.

Para os professores, a proposta curricular da rede estadual paulista não significou um mecanismo de apoio, nem uma ferramenta democrática a serviço da aprendizagem. Decorridos quase uma década, o documento está posto e tornou-se um caminho que direciona as atividades curriculares de toda a educação estadual pública do estado de São Paulo, sendo adaptado pelos próprios docentes que se valem de outros materiais como textos de apoio e livro didático para complementar o currículo (FREITAS, 2011).

Consta na apresentação da proposta curricular do estado de São Paulo ênfase para a educação voltada ao desenvolvimento pessoal e aprimoramento das capacidades de agir, pensar, atuar sobre o mundo e lidar com a influência do mundo sobre cada um, destaca ainda a autonomia de gerenciar a própria aprendizagem.

A preparação do indivíduo para produção cultural, considerando as dimensões sociais, econômicas e políticas: “O currículo que dá conteúdo e sentido à escola precisa levar em conta esses elementos” (SEE-SP, 2008).

Podemos elucidar resumidamente os princípios centrais da proposta curricular do estado de São Paulo, conforme texto de Apresentação (SEE-SP, 2008):

- I. uma escola que também aprende, considerando que não apenas os alunos aprendem, mas a própria escola, enquanto instituição educativa, tendo em vista a tecnologia e acúmulo de conhecimento;
- II. o currículo como espaço de cultura, transpondo para situações de aprendizagem conhecimentos da cultura científica, artística e humanística expressadas no currículo;
- III. as competências como referência, mediante o trabalho do professor promover conhecimentos nos alunos para exerce sua cidadania e atuar no mundo, para compreendê-lo e propor explicações, defender suas ideias e compartilhar novas e melhores formas de ser na sociedade atual;
- IV. prioridade da competência de leitura e de escrita, voltada a capacidade de comunicar-se, ampliando as capacidades de representação, comunicação e expressão não apenas da língua vernácula, mas de outras linguagens como sistemas simbólicos como gráficos, esquemas, diagramas, infográficos, fotografias e desenhos, ale de códigos sonoros e visuais;
- V. a articulação das competências para aprender, aprender para a vida, já que a escola não é mais a única detentora da informação e do conhecimento. Que os conhecimentos co os quais a escola trabalha mudam, assim como as necessidades de cada um. As competências adotadas pela referida proposta curricular fora formuladas no referencial teórico do Enem – Exame Nacional do Ensino Médio.
- VI. contextualização no mundo do trabalho, não se trata de formar especialistas mas de levar a todos os alunos a alfabetização científica, humanista, lingüística, artística e técnica para o exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

No princípio VI, a Secretaria Estadual de São Paulo considerou os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases, as Diretrizes Curriculares Nacionais e recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (SÃO PAULO, 2008), no embasamento do currículo para o mundo do trabalho.

Os princípios do Relatório Jacques Delors (2010), são propostas curriculares pautadas nos quatro pilares da educação: *aprender a conhecer*, adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a conviver*, a fim cooperar com os outros e *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes.

A proposta curricular (2008) tornou-se o Currículo Oficial do estado de São Paulo, pautado no desenvolvimento de habilidades e competências, com foco na competência leitora e escritora, articulando as disciplinas e atividades escolares com que se espera que o aluno aprenda. “Competências nesse sentido, caracterizam modos de ser, de raciocinar, e de interagir, que podem ser apreendidos das ações e das tomadas de decisões em contextos de problemas, de tarefas ou de atividades” (Proposta Curricular, 2008). Sacristán descreve as competências num sentido mais amplo:

[...] ensino por competências é representado pelos planejamentos para os quais a funcionalidade é a meta de toda a educação, de modo que o aprendido possa ser usado como recurso ou capacitação adquirida no desempenho de qualquer ação humana, não apenas nas de caráter anual, as também nas de consulta (exercer comportamentos), intelectuais (utilizar uma teoria para interpretar um acontecimento ou fenômeno), expressivas ou de comunicação (emitir mensagens) de relação com os outros (dialogar). Pedir competência nesses casos é, simplesmente, cobrar efetividade do que se pretende na educação (SACRISTÁN, 1998).

Para Sacristán a qualidade do ensino está relacionada com conteúdos e formas, que há uma relação entre a melhoria da qualidade educacional com mudanças de conteúdos, procedimentos e contextos do currículo e com o desenvolvimento deste currículo e a prática docente. “O currículo acaba numa prática pedagógica, como já explicamos. Sendo a condenação ou expressão da função social e cultural da instituição escolar, é lógico que, por sua vez, impregne todo o tipo de prática escolar” (SACRISTÁN, 2000)

Melhoria da aprendizagem sob a perspectiva dos organismos internacionais

Transcorridos uma década da prática do currículo oficial no estado de São Paulo, questiona-se se este tem levado os alunos a uma melhoria na qualidade da aprendizagem, se os alunos têm adquirido conhecimentos relevantes para o enfrentamento dos desafios contemporâneos.

Para tal análise passaremos a apresentar os dados coletados pela OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico¹, instituição que se dedica à pesquisa e estudos para o aperfeiçoamento das políticas públicas nas mais diversas áreas e à troca de experiências entre países membros e parceiros.

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), criada em 1961 por países da união europeia, com sede em Paris, na França, possui atualmente 35 membros³, sendo que o Brasil não é um membro deste organismo, porém participa de forma seletiva em Comitês que são de seu interesse para utilização de uma plataforma de dados para informação e divulgação de posicionamentos.

Para desenvolver pesquisa e estudos visando ao aperfeiçoamento das políticas públicas a OCDE utiliza o método de “revisão pelos pares” e permite que o especialista governamental possa encontrar-se com suas contrapartes de outros países membros ou associados para comparar as políticas públicas em cada área com as melhores práticas disponíveis internacionalmente (Portal do Ministério das Relações Exteriores, disponível: www.itamaraty.gov.br).

As discussões nos comitês e grupos de trabalho ao qual o Brasil participa têm revelado convergência de políticas em diversas áreas, desde combate à corrupção até padrões de conduta para empresas multinacionais, passando por políticas de concorrência e de fomento do investimento estrangeiro direto (Portal do Ministério das Relações Exteriores, disponível: www.itamaraty.gov.br).

O Brasil desenvolve processo de cooperação com a OCDE desde meados dos anos de 1990. Em 2007, o Brasil tornou-se, juntamente com a China, Índia, Indonésia e África do Sul, um dos cinco parceiros do “Engajamento Ampliado” com a OCDE, atualmente denominados “Parceiros-Chave”. Além disso, um número crescente de países em desenvolvimento de renda média tem buscado adesão à OCDE. A Organização tem procurado incorporar esses países e suas discussões para melhor levar e conta as transformações da economia mundial e sua atuação (Portal do Ministério das Relações Exteriores - Portal do Ministério das Relações Exteriores, disponível: www.itamaraty.gov.br).

Em agosto de 2015 foram concluídas negociações da Agenda 2030, onde o Brasil e a OCDE definiram como prioridades os desafios relacionados a políticas públicas, tais como a promoção da integração dinâmica no comércio mundial, a obtenção de um crescimento inclusivo e sustentável, a criação de empregos e a qualificação da mão de obra, bem como o aperfeiçoamento de programas sociais e educacionais.

Um dos objetivos da OCDE é o aumento da escolarização em todos os países membros da instituição e países parceiros como é o caso do Brasil, e para isso essa instituição

³Países membros da OCDE: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia.

oferece colaboração em relação aos aspectos salariais, de renda, patrimoniais, de produtividade, além do aumento das receitas fiscais. (Portal do Ministério das Relações Exteriores, disponível: www.itamaraty.gov.br).

A OCDE, no intuito de apoiar o processo brasileiro de aproximação da entidade, vem intensificando a produção de dados e de estudos a respeito do Brasil, além de ter criado um espaço específico em seu site oficial para divulgar relatórios, notícias e estatísticas sobre nosso país.

O Brasil, através do Instituto de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – Inep, utiliza-se de dados fornecidos pela OCDE obtidos por meio de questionários respondidos por estudantes brasileiros ao realizarem o exame internacional do Pisa.

A OCDE realiza o exame do Pisa a cada três anos, com base em uma metodologia internacional que avalia os sistemas de ensino em todo o mundo, medindo o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de leitura, matemática e ciências. É um programa contínuo que coleta informações sobre conhecimentos e habilidades dos estudantes em vários países e em diferentes subgrupos demográficos de cada país (Portal do Inep – <http://portal.inep.gov.br/pisa>).

A última avaliação do Pisa ocorreu em 2015, conforme Relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira – INEP (2016), elaborado a partir de informações fornecidas pela OCDE com análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros, demonstra que o desempenho dos estudantes foi inferior ao ano de 2012, porém com algum avanço em relação a 2003.

De acordo com o relatório elaborado pelo Inep, o Sumário Executivo Brasil no Pisa - (2016), em 2015 o percentual de estudantes brasileiros por nível de proficiência em Ciências (Letramento Científico), obteve desempenho de 401 pontos. O desempenho dos estudantes é medido por testes constituídos de unidades que apresentam títulos e outras unidades que apresentam estímulos (recursos como vídeos) relacionados a um conjunto de questões (itens), conforme descrito abaixo:

O Pisa 2015 fornece uma escala global fundamentada em todas as questões de ciências da avaliação, cuja métrica é baseada na média de 500 pontos dos países da OCDE e no desviopadrão de 100 pontos. A escala para o Pisa 2015 é dividida em sete níveis de proficiência. A descrição de cada nível define os tipos de conhecimento e as habilidades necessárias para completar as tarefas. Os estudantes com proficiência no nível 1b são provavelmente capazes de resolver as tarefas desse nível, mas é baixa a probabilidade de completarem as tarefas dos níveis superiores da escala. O nível 6 da escala inclui as tarefas mais desafiadoras em termos de conhecimentos e competências. Os estudantes com valores de proficiência situados nesse nível têm alta probabilidade de completar as tarefas deste e dos outros níveis da escala (BRASIL, 2016, p.8).

Da análise dos critérios da avaliação do PISA concluímos que estudantes no nível 1 são considerados com alta dificuldade e os estudantes no nível 6 com baixa dificuldade.

De acordo com dados dos resultados do PISA 2015 conforme apresentados no relatório Sumário Executivo (BRASIL, 2016), envolvendo 13 países, constatou-se que Brasil ocupou o 11º lugar, ficando atrás do Peru (12º) e República Dominicana (13º), tendo como melhores colocados os estudantes do Canadá, Finlândia e Coréia do Sul, respectivamente. Dentre os 25 estados da federação, São Paulo ocupou 16º lugar, não apresentando praticamente estudantes no nível 6.

Na métrica de proficiência os estudantes brasileiros obtiveram média de 401 pontos, valor significativamente inferior à média dos estudantes dos países membros da OCDE cujo valor é de 493 (BRASIL, 2016).

Na avaliação de Leitura, que se refere à compreensão e utilização dos textos escritos, bem como à capacidade de o contato com estes suscitar reflexão e envolvimento, a fim de alcançar um objetivo, desenvolver conhecimento e potencial, assim como participar da sociedade (BRASIL, 2016), 51% dos estudantes brasileiros ficaram abaixo do nível 2 e na métrica de proficiência 407, também abaixo dos países membros da OCDE.

O estado de São Paulo aparece com média de proficiência de 417, ficando entre os 25 estados da federação em 6º lugar, ficando em primeiro lugar o estado do Espírito Santo com escore de 441 (BRASIL, 2016).

A avaliação de Letramento em Matemática, definido:

O letramento matemático é a capacidade de formular, empregar e interpretar a matemática em uma série de contextos, o que inclui raciocinar matematicamente e utilizar conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticos para descrever, explicar e prever fenômenos. O letramento matemático ajuda os indivíduos a reconhecerem o papel que a matemática desempenha no mundo, contribuindo para que cidadãos construtivos, engajados e reflexivos possam fazer julgamentos bem fundamentados e tomar decisões necessárias (OCDE BRASIL, 2016, p. 27).

Os estudantes estão abaixo do nível 2, com escore de 377, inferior aos estudantes dos membros da OCDE, que obtivera 490. Dentre 13 países, o Brasil ocupou o 12º lugar, ficando a frente apenas da República Dominicana com 328, e em primeiro lugar a Coréia do Sul. Entre os 25 estados da federação, o estado de São Paulo ocupou a 6ª posição, abaixo do Paraná, Espírito Santo, Santa Catarina, Distrito Federal e Minas Gerais.

Em todas as avaliações de Letramento não foram encontradas evidências que apontem diferenças estatísticas significativas entre desempenho dos estudantes brasileiros nas edições de 2000, para Leitura, edição de 2006 para Ciências e 2012 para os exames Matemática.

O relatório Sumário Executivo (2016) demonstra com esses dados, que os estudantes brasileiros, incluem-se os estudantes da rede estadual paulista, com resultados quase estagnados desde o ano de 2000 até o presente momento, permanecendo em posição nada privilegiada quando participam de exames internacionais.

Considerações finais

Em face da breve análise da proposta curricular do estado de São Paulo, foram analisados os princípios que regem este currículo e sua relação com as questões contemporâneas relacionadas às desigualdades sociais, ao desenvolvimento sustentável e cooperação entre os povos.

Ficou evidenciado que os textos da proposta curricular do estado de São Paulo, apresenta o currículo pautado por princípios de uma sociedade aprendente, considerando cultura humanística, o mundo do trabalho e as competências como eixo norteador da aprendizagem, com ênfase na competência leitora e escritora, tidas como fundamentais para o aprendizado e conhecimento. O texto de apresentação da referida proposta curricular faz alusão a recomendações de documentos importantes como o Relatório Jacques Delors, Lei de Diretrizes e Base e Parâmetros Curriculares Nacionais.

Entretanto, a análise realizada demonstra que ainda não conseguiu sanar fragilidades e defasagens de aprendizagem nos alunos da rede estadual paulista. Quando estes alunos são avaliados por exames internacionais, não conseguem resultados que os coloque em igualdade com alunos de outros países, como demonstrados pelos relatórios do Inep (Instituto de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), mediante dados da OCDE (Organização Cooperação e Desenvolvimento Econômico), responsável pela realização do exame Pisa, que ocorre a cada três anos em diversos países, incluindo o Brasil.

Conforme dados apresentados pela OCDE, os estudantes brasileiros tem apresentado um desempenho quase estagnado nas edições de 2000, 2006 e 2012 para Ciências, Leitura e Matemática. Destaca-se que o estado de São Paulo não aparece com os melhores resultados dentre os estados da federação, ficando abaixo da média Brasil, ou seja, se o Brasil apresenta baixos resultados, a rede estadual paulista também encontra-se com defasagens.

Conclui-se que o currículo oficial do estado de São Paulo, não proporcionou até o momento uma aprendizagem transformadora ao ponto de colocar seus estudantes em igualdade de conhecimento com estudantes de outros países quando avaliados por exames

internacionais, indicando que a educação paulista ainda precisa de esforços para avançar e busca de uma educação de qualidade, reavaliando sua política curricular.

Referências

- APPLE, Michael W. *Cultural e Educação Política*. São Paulo: Cortez, 2000 - ISBN, 2004.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Pisa 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes na avaliação*. São Paulo: Fundação Santillana, 2016. Disponível em: Portal do Inep. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pisa>>. Acesso em: 16 maio 2017.
- _____. No Pisa. *Sumário Executivo*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <download.inep.gov.br/acoes.../pisa/.../2016/pisa_brasil_2015_sumario_executivo.pdf>. Acesso em: 16 maio. 2017.
- _____. MEC. *Portal do Pisa. Ministério da Educação*. 2001. Disponível em: portal.mec.gov.br > Todas as notícias <http://portal.inep.gov.br/pisa>. Acesso em 14 maio 2017.
- O Brasil e a OCDE - Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/...e.../15584-o-brasil-e-a-ocde. Acesso em: 14 maio 2017.
- _____. Inep Instituto de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. *Brasil no Pisa 2015*. Sumário Executivo. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2016/pisa_brasil_2015_sumario_executivo.pdf>. Acesso em 17 maio. 2017.
- _____. O Brasil e a OCDE - Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/...e.../15584-o-brasil-e-a-ocde>. Acesso 15 maio 2017.
- _____. Orientação Escolar e Profissional - ICCDPP. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/agenda-de-desenvolvimento-pos-2015>. Acesso em: 15 maio 2017.
- DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasil - Brasília, 2010.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. Descobrimos novas formas de leitura e escrita. In: ROJO, Roxane (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: Mercado de letras, 2011.
- GIROX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Tradução Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- GÓMEZ, A. I. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- SACRISTÁN J. G. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática. In: PÉREZ _____. *O Currículo, uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.
- SÃO PAULO, Secretaria da Educação. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Matemática*. Coord. geral Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008.